



CASCAIS

CÂMARA MUNICIPAL

Reunião ORDINÁRIA de 24 | 09 | 2012

Minuta da Acta n.º 19/2012

	Presentes	Faltas	
		Justif.	N Justif.
Presidência CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS	P		
Vereadores ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES	P		
MIGUEL PINTO LUZ	P		
ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO	P		
PEDRO ARANTES LOPES MENDONÇA	P	F	
ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA	P		
MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO	P		
JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO	P		
NUNO FRANCISCO PITEIRA LOPES	P		
FREDERICO MANUEL PINHO DE ALMEIDA	P		
MARIA TERESA PERES DOMINGUEZ R. GAGO	D		

Observações: _____

Hora de Abertura 9 horas e 51 minutos

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Início 9:51

A SR^a. VEREADORA MARIA TERESA GAGO iniciou o Período de Antes da Ordem do Dia referindo que teve indicação que teria hoje lugar a inauguração da Escola do Ensino Básico professora Margarida Rodrigues. Como não houve divulgação desse evento, gostaria de ter essa confirmação, já que é habitual serem informados com antecedência dessas situações e neste caso, a confirmar-se, não aconteceu. Outra situação que gostaria de abordar tem a ver com a Conferência "Autarquias Inteligentes" promovida pela Câmara Municipal no passado dia 20 de setembro e gostaria de endereçar parabéns à dr^a. Paula Cunha pela organização do evento que correu da melhor forma. Quanto ao conteúdo, gostaria de tecer algumas considerações e que passaria a ler, até por uma questão síntese e de sistematização de ideias: "Foi manifesta a preocupação do Sr. Presidente em afastar o aspeto emocional da decisão política; afirmou que se deverá assentar mais na técnica e nos dados objetivos, do que nos aspetos afetivos. É o argumento, ou a linha ideológica, que defende a cientificação da decisão política e corresponde à perspectiva da recolha do maior número de dados objetivos disponíveis para a implementação de medidas que melhor sirvam esses mesmos critérios ou indicadores de análise. Quem prossegue por esta via acredita, de facto, que o sofrimento é mensurável; que a dor é mensurável, que a alegria ou a fome são mensuráveis. Curiosamente, um dos aspetos focados na Conferência foi a necessidade de maior cooperação e participação de todos os agentes na decisão política. Aludiu-se, até, ao bom exemplo de gestão da Autoeuropa. Contudo, o reafirmar da necessidade do espírito de cooperação remete insidiosamente para o cooperativismo do século XIX, termo que, naturalmente, e com o contexto neo-liberal, é desvirtuado exigindo-se cooperação quando nem todos os parceiros são iguais ou participam no processo de tomada de decisão. Para nós, é evidente que esta forma de gestão cooperativa é fundamental num quadro de verdadeira democracia que, por si só, e por definição, é participada a todos os níveis e cujas mais-valias geradas são por todos distribuídas. Contudo, mesmo neste quadro supostamente progressivo do "new public management", não houve na Conferência enfoque dado àquilo que é a última tendência de gestão pública que é a decisão política baseada na evidência. Acompanhando o rumo do Senhor Presidente, o mesmo do Primeiro-Ministro, no qual tudo é redutível a números e indicadores para a dita melhor gestão racional das políticas públicas, na incessante procura da chamada cientificação da tomada de decisão falta, de fato, a EVIDÊNCIA. Esta consiste na avaliação do resultado das políticas implementadas e essa avaliação não poderá deixar de ter o impacto social que tem. Nesta altura de austeridade e de sacrifícios económicos, não nos podemos deixar de comparar à Grécia, à Irlanda e à Espanha: recessão económica, emigração crescente, desemprego galopante e maior desproteção social. A evidência mostra, sim, a evidência que estas políticas em nada contribuem para uma sociedade mais igual, mais justa, mais livre ou mais fraterna. No caso de Cascais, o hipermediatismo dos cruzeiros, o hipermediatismo das ditas parcerias público-públicas, a ideia do Cascais sempre em festa, a necessidade de subordinar direções associativas à confiança do Senhor Presidente da Câmara e a necessidade de outsourcing do PDM, são exemplos contrários ao espírito das autarquias inteligentes; não é a prática de um Cascais elevado às pessoas, não é a prática do envolvimento comunitário na tomada de decisão. É necessário outro caminho. O Senhor Presidente tem vindo a defender a necessidade de maior descentralização e desconcentração de competências.

Estamos de acordo, na medida em que o poder local deverá, efetivamente, ser uma forma de exercício democrático mais próximo dos cidadãos. Contudo, à semelhança da posição da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, não podemos estar de acordo que este processo seja feito à custa de maior carga fiscal - neste caso, a descentralização e desconcentração apenas serviriam como pretexto para mais subjugação económica dos cidadãos. Mais ainda, a afirmação de que a "falta de informação sobre a cobrança de impostos municipais favorece a evasão fiscal" dito pelo Senhor Presidente, apresenta uma dupla perigosidade: 1º Desconfiança quanto à Administração Central e ao próprio papel do Estado que respeita o sigilo fiscal; 2º Para que ações querera o executivo essa informação sobre os cidadãos? Concretamente em relação a Cascais questiona-se: 1- Em 2011 foi criado um Fundo de Solidariedade para com os trabalhadores, no valor de € 2 800 000,00, destinados a apoios sociais. Sabemos que foi efetuada a parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Cascais - que outros protocolos ou parcerias foram implementados ou estão a ser estudados? Sempre foram adquiridos Títulos do Tesouro como consta da proposta aprovada?; 2- Também em 2011 foi aprovado um Plano de Emergência Social com um montante de 1,5 milhões de Euros. Posteriormente foi divulgado na comunicação social o aumento para três milhões de Euros e agora sabemos que é novamente de 1,5 milhões. Quais são os critérios da sua aplicação, qual a verba ainda disponível e quais as evidências do sucesso da medida? A nossa preocupação é grande, visto não compreendermos como é possível que a execução orçamental da Ação Social em 31 de julho de 2012 seja apenas de 26,47%, um dos valores mais baixos, atendendo às unidades orgânicas existentes."

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA interveio dizendo que não era sua intenção intervir neste período de antes da ordem do dia, mas perante esta alocução da Sr^a. Vereadora, faria dois ou três comentários sobre a mesma: Em primeiro lugar, usou o termo "insidioso" nesse seu discurso hermético, fechado, distante das populações como se percebeu. Ora insidioso é ser traiçoeiro, que arma ciladas e não é essa a forma de fazer política desta maioria. Já percebeu que é a da Sr^a. Vereadora. Já no passado tinha demonstrado nas reuniões de Câmara e agora de regresso a este colégio e a esta Câmara volta com o seu estilo, esse sim insidioso, mas deixe que lhe diga o seguinte: esse discurso sim é distante das populações. É de alguém que está afastada, que não sabe o que as populações querem, alguém que está no mundo académico, no mundo etéreo, algo que distancia de facto daqueles que são os problemas reais das populações e isso, a relação que este executivo e que o Senhor Presidente de Câmara mantém de proximidade é exatamente o oposto que a Sr^a. Vereadora veio aqui propor a esta Câmara. Aproveitava também para dar os parabéns a toda a equipa que organizou o Colóquio "Autarquias Inteligentes". Esta Câmara é formada por equipas, não por pessoas individualmente, é um conjunto, é a rede de massa humana de qualidade, de funcionários públicos de qualidade, que esta Câmara tem que podem obter os resultados que vemos nestes encontros e noutros que esta autarquia tem vindo a desenvolver. É nesse trabalho conjunto, sinérgico, com todas as forças vivas do concelho, mas também com os funcionários da Câmara que esta autarquia gosta de funcionar e que este executivo gosta de funcionar.

VEREADORA ANA CLARA JUSTINO em resposta à questão suscitada pela Sr^a Vereadora Maria Teresa Gago acerca da inauguração da Escola professora Margarida Rodrigues, disse que pode até ser hoje inaugurada, mas pessoalmente não tem qualquer indicação e acabou de enviar um SMS ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia perguntando-lhe se sabe alguma coisa, porque pode ser uma questão da Junta ter articulado isso, mas de facto a si não lhe chegou qualquer indicação nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA disse que também só ia fazer uma declaração já que houve ataques de ordem pessoal e até à sua honra. Pedia à Sr^a. Vereadora que lhe fornecesse uma cópia do texto que leu para poder depois fazer essa formulação de defesa da honra, mas fundamentando naquilo que a Sr^a. Vereadora acabou de ler e não lhe ia pedir que repetisse, porque também já todos perceberam que isso foi escrito por alguém e que a Senhora trás aqui para ler, até porque não tem capacidade -que já demonstrou noutras circunstâncias que não tem capacidade- para fazer política e portanto trás recados detrás, de alguém que faz esses textos, até porque ele é tão hermético de facto que fica difícil de fazer. Agora o que aconselharia era que a Sr^a. Vereadora, mesmo não tendo essa capacidade para os fazer e recebendo esses textos de alguém, que confirmasse -até porque o Partido Socialista tem condições para o fazer- algumas informações que estão no documento, porque estão completamente erradas e portanto também já não basta as vergonhas que estão a passar em termos públicos com a vossa incapacidade, de facto, de encontrar soluções alternativas a esta maioria, mas, enfim, admite que isso lhes crie alguns incómodos, mas convém, pelo menos, não dizerem asneiras e de situações que não são factuais e de algumas que se podem virar ao contrário porque, por exemplo, quando o acusa de controlar o associativismo -foi pelo menos isso que percebeu das suas palavras- coisa que obviamente esta maioria não faz, pode mostrar-lhe muitas das situações que no passado o Partido Socialista controlou aqui, demitindo comissões de moradores, demitindo todo um conjunto de direções de associações e isso foi pelo menos de alguém que pessoalmente tem visto e é deputado municipal e era na altura Vice-Presidente desta Câmara e fez isso amiúde. Portanto convém, pelo menos quando quiserem fazer oposição, fazê-la de forma séria e fundamentada e não com situações que depois se podem virar contra vós. Mas como também não a vai tornar líder da oposição porque a Sr^a. Vereadora não o é, a única coisa que lhe pedia era que entregasse o texto que acabou de ler, para ver as situações em que estão aí de facto ofensas à sua honra e nesse sentido pois poder agir em conformidade com as mesmas.

A SR^a. VEREADORA MARIA TERESA GAGO interveio referindo que com o que o Senhor Presidente disse, quem é obrigada a utilizar a defesa de honra era ela porque são espantosas as afirmações que faz contra a sua capacidade ou incapacidade de escrever textos e pode garantir-lhe que o escreveu e é na íntegra a responsável pela feitura do texto que leu. Quanto a ser hermético ou não, depende dos ouvidos que ouvem. O deslumbre que pela academia neste momento se sente nesta Câmara, acreditou e acredita que seja perfeitamente compreensível para esta maioria e para quem a ouve. Em relação às falsidades que o Senhor Presidente diz existirem, nomeadamente quanto ao controlo -e foi o exemplo que deu- das direções associativas, o Senhor Presidente poderá responder como é óbvio, e tem todo o gosto em dar-lhe o texto, mas como é claro, isto não se diz de forma impune e há provas de que assim aconteceu.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA disse que foi por isso mesmo que fez a provocação que lhe fez, que é para a Sr^a. Vereadora assumir por inteiro a responsabilidade do texto. Porque essas provas não existem e portanto a Sr^a. Vereadora vai ter que passar aqui -e pedia-lhe desculpa daquilo que lhe ia dizer- algumas vergonhas que é para de facto agora perceber-se bem as razões que levaram a Sr^a Vereadora Leonor Coutinho quando abandonou estas funções e as críticas que fez ao Partido Socialista e às pessoas que estavam no Partido Socialista de que a Sr^a Vereadora é aqui uma representante. Mas muito bem, sendo assim faça o favor de lhe entregar o texto de modo a que possa analisá-lo e então fazer a defesa da sua honra e a Sr^a. Vereadora depois de ter, enfim, a capacidade -que não vai ter- de poder fundamentar tudo aquilo que lhe disseram a si para a Sr^a. Vereadora escrever aí, mas

como assumiu a responsabilidade, está à vontade para isso. Agora o que acha espantoso é criticarem, numa altura em que se está a movimentar tudo, mas não ia entrar por aí, porque isso é de um profundo desconhecimento e ainda o respeito que merece um vereador, neste caso uma vereadora da oposição, não o leva a que de facto tenha que pôr aqui à evidência e à saciedade o grau de ignorância que revela ao escrever coisas dessa natureza.

O Período de Antes da Ordem do Dia terminou às 10:04

- PONTOS PRÉVIOS:

1. REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, por unanimidade, nos termos do art.º 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade

2. PROPOSTA PARA MANUTENÇÃO DO PAGAMENTO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AOS DIRIGENTES MUNICIPAIS.

A SR. VEREADORA CONCEIÇÃO CORDEIRO apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, por unanimidade, nos termos do art.º 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade

3. RECRUTAMENTO DE CINCO ASSISTENTES OPERACIONAIS PARA O DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO.

A SR. VEREADORA CONCEIÇÃO CORDEIRO apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, por unanimidade, nos termos do art.º 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada com 1 abstenção da Srª Vereadora Maria Teresa Gago do PS.

4. ACATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES FORMULADAS NO PONTO 6 DO RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO INTERNA DE CONTAS N.º 6/11.

O SR. VEREADOR NUNO PITEIRA LOPES apresentou a informação em epígrafe, que foi admitida a discussão, por unanimidade, nos termos do art.º 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade

1. BALANCETE:

A Câmara Municipal tomou conhecimento

DESPACHOS, NOTAS DE SERVIÇO:

2. DESPACHOS

A Câmara Municipal tomou conhecimento

PRESIDÊNCIA:

3. EVENTO SCULPTURE BY THE SEA.

Aprovada por unanimidade.

4. ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE COLECIONADORES DE ARMAS-RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 139/2012.

Aprovada por unanimidade.

DIREÇÃO MUNICIPAL DAS ÁREAS DE SUPORTE:

5. CENTRO DE CONGRESSOS DO ESTORIL - ISENÇÃO DE TRIBUTAÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS (IMT), NO ÂMBITO DA TRANSMISSÃO DA PROPRIEDADE DO PRÉDIO SITO NA AVENIDA CLOTILDE, N.º 310 ESTORIL, DO MUNICÍPIO DE CASCAIS PARA A EMPRESA MUNICIPAL "CASCAIS DINÂMICA – GESTÃO DE ECONOMIA, COMÉRCIO E EMPREENDEDORISMO, E.M., S.A.."

Aprovada por maioria com 1 voto contra Srª Vereadora Maria Teresa Gago do PS.

6. ATRIBUIÇÃO DE UM APOIO EXTRAORDINÁRIO AO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO DO PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CASCAIS NO MONTANTE DE € 300.000,00.

Aprovada por unanimidade.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA:

7. FUNDOS DE MANEIO - REFORÇOS.

Aprovada com 1 abstenção da Srª Vereadora Maria Teresa Gago do PS.

CONTROLO FINANCEIRO E PROJETOS PARTICIPADOS:

8. SANDRO ÓSCAR MARQUES LIMA - ISENÇÃO DE TAXA AO ABRIGO DO Art.º 14 DO REGULAMENTO DE COBRANÇA E TABELA DE TAXAS, LICENÇAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS PARA 2012.

Aprovada por unanimidade.

GESTÃO PATRIMONIAL:

9. CEDÊNCIA A TÍTULO DEFINITIVO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO À FREGUESIA DA PAREDE.

Aprovada por unanimidade.

COLETIVIDADES:

10. ATRIBUIÇÃO DE APOIO À SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO DE JANES E MALVEIRA.

Aprovada por unanimidade.

ASSUNTOS JURÍDICOS:

11. CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E A EMAC - EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DE CASCAIS, EM, SA.

Aprovada com 1 abstenção da Srª Vereadora Maria Teresa Gago do PS.

OBRAS MUNICIPAIS, MANUTENÇÃO E TRÂNSITO:

12. VIA LONGITUDINAL SUL - TROÇO ENTRE A VARIANTE À EN 6.7 E A ESTRADA DA REBELVA - OBRA N.º 4.11.7.22-1ª REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA.

Aprovada com 1 abstenção da Srª Vereadora Maria Teresa Gago do PS.

JUVENTUDE E CONHECIMENTO:

13. METODOLOGIA DE APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES DE ÍNDOLE ESCO(U)TISTA E GUIDISTA 2012 - APOIO À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DURADOURO.

Aprovada com 1 abstenção da Srª Vereadora Maria Teresa Gago do PS.

AMBIENTE:

14. ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A LIMPEZA DE MATAS URBANAS DO CONCELHO CASCAIS.

Aprovada com 1 abstenção da Srª Vereadora Maria Teresa Gago do PS.

CULTURA:

15. DOAÇÃO DE COLEÇÃO DE FOTOGRAFIAS AO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL.

Aprovada por unanimidade.

16. DOAÇÃO DE VOLUME ENCADERNADO DO DIÁRIO DO GOVERNO, DE 1 DE JANEIRO A 29 DE JUNHO DE 1839.

Aprovada por unanimidade.

EDUCAÇÃO:

17. CONSTRUÇÃO DA EB1 DO MONTE ESTORIL - DEIE-OBRA Nº 2/2009 REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA.

Aprovada com 1 abstenção da Srª Vereadora Maria Teresa Gago do PS.

18. "CONSTRUÇÃO DA ESCOLA EB1 E JI PADRE AGOSTINHO DA SILVA", DEIE – OBRA Nº 6/2011 - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO.

Aprovada com 1 abstenção da Srª Vereadora Maria Teresa Gago do PS.

19. TRANSFERENCIA PARA APOIO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS REFERENTES A: EXPEDIENTE E LIMPEZA, MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS AJARDINADOS, PEQUENAS REPARAÇÕES E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES, ÁGUA, LUZ, TELEFONES, GÁS, GESTÃO E MATERIAL DIDÁTICO.

Aprovada com 1 abstenção da Sr^a Vereadora Maria Teresa Gago do PS.

DESPORTO:

20. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O GRUPO MUSICAL E DESPORTIVO 31 DE JANEIRO DE MANIQUE DE BAIXO - FINANCIAMENTO DE € 2.500,00.

Aprovada por unanimidade.

21. CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TÊNIS - FINANCIAMENTO NO VALOR DE € 6.000,00.

Aprovada por unanimidade.

22. ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO 2011/12 – APOIO ÀS ATIVIDADES DESPORTIVAS REGULARES - PROTOCOLO COM A ASSOCIAÇÃO DE GINÁSTICA DE LISBOA – ATRIBUIÇÃO DE APOIO NO VALOR DE € 1.380,00.

Aprovada por unanimidade.

23. REVOGAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM O GRUPO DESPORTIVO ESTORIL PRAIA RELATIVO À REABILITAÇÃO DOS CAMPOS DE FUTEBOL DE RELVA ARTIFICIAL DO CENTRO DE TREINOS ESTORIL PRAIA.

Aprovada por unanimidade, não tendo participado na discussão e votação o Sr. Vereador Alexandre Faria do PS.

24. ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO 2011/12 - APOIO ÀS ATIVIDADES DESPORTIVAS REGULARES - PROTOCOLO COM A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ESGRIMA - ATRIBUIÇÃO DE APOIO NO VALOR DE € 1.415,00.

Aprovada por unanimidade.

25. REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO ÀS ENTIDADES DESPORTIVAS - CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE APOIO PARA A ÉPOCA DESPORTIVA 2012/2013.

Aprovada por unanimidade.

DESENVOLVIMENTO SÓCIO TERRITORIAL:

26. ATRIBUIÇÃO DE APOIO À CERCICA PARA SUSTENTABILIDADE DO CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS - CAO - € 8.529,00.

Aprovada por unanimidade.

27. PROPOSTA DE PERMUTA ENTRE OS INQUILINOS DEMBA TIPATE E SÁ MENDES.

Aprovada por unanimidade.

28. APOIO FINANCEIRO AO "O NOSSO SONHO" NO ÂMBITO DO PROJETO " JOVENS EM AÇÃO NO TERRITÓRIO DE S. DOMINGOS DE RANA.

Aprovada por unanimidade

29. ATRIBUIÇÃO DE 2 FOGOS A AGREGADOS FAMILIARES RESIDENTES EM FOGOS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, NO BAIRRO CRUZ VERMELHA.

Aprovada por unanimidade.

30. REVOGAÇÃO À PROPOSTA 1131 APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 09/07/2012, NO QUE DIZ RESPEITO À ATRIBUIÇÃO DO FOGO A ANA MARIA BEIRANTE OLIVEIRA SILVA.

Aprovada por unanimidade.

31. REVOGAÇÃO À PROPOSTA 531 APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 09/07/2012, NO QUE DIZ RESPEITO À ATRIBUIÇÃO DO FOGO A SÁBADO NUM- NÁ.

Aprovada por unanimidade.

32. REVOGAÇÃO À PROPOSTA 727/2012 APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 14/06/2012, NO QUE DIZ RESPEITO À ATRIBUIÇÃO DO FOGO A SUZETE MARIA BARBOSA GRAÇA.

Aprovada por unanimidade.

33. REVOGAÇÃO À PROPOSTA 1131 APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 09/07/2012, NO QUE DIZ RESPEITO À ATRIBUIÇÃO DO FOGO A MARIA MARGARIDA ALVES VALGODE MOREIRA.

Aprovada por unanimidade.

34. ATRIBUIÇÃO DE 14 FOGOS DE ARRENDAMENTO NO PARQUE HABITACIONAL DO CONCELHO.

Aprovada por unanimidade.

35. APOIO FINANCEIRO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E ESCOLAS PRIVADAS COM CONTRATO DE ASSOCIAÇÃO DO CONCELHO DE CASCAIS, NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO DA PLATAFORMA SAÚDE NA ESCOLA, PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE NO ANO LETIVO 2012/2013, NO MONTANTE TOTAL DE €8.025,00.

Aprovada por unanimidade.

36. APOIO FINANCEIRO À CARITAS DIOCESANA DE LISBOA PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO LOCAL DE APOIO À INTEGRAÇÃO A IMIGRANTES.

Aprovada por unanimidade.

37. ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO ROTA JOVEM PARA DINAMIZAÇÃO DO PROJETO OUT (OFF THE BOX).

Aprovada por unanimidade.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS:

38. ATRIBUIÇÃO DE APOIO À UM PEQUENO GESTO UMA GRANDE AJUDA (ONGD) PARA O PROJECTO EDUCAÇÃO/ALFABETIZAÇÃO COMUNIDADES - BANHINE NA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE.

Aprovada por unanimidade.

39. ATRIBUIÇÃO DE APOIO À UCCLA PARA A DESLOCAÇÃO DE UM ESCRITOR DE CASCAIS À CIDADE DE NATAL NO BRASIL.

Aprovada por unanimidade.

40. ATRIBUIÇÃO DE APOIO À CÂMARA MUNICIPAL DE UNGHENI PARA AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA PARA LIMPEZA URBANA.

Aprovada por unanimidade.

41. FICHAS DE AVALIAÇÃO ESCOLAR DE 2011 DAS DUAS CRIANÇAS APADRINHADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS DA "ESCOLINHA DO ANDRÉ", EM XAI-XAI, MOÇAMBIQUE.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

42. CARTA DE AGRADECIMENTO À CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS, PELA NOSSA PARTICIPAÇÃO NO CAMPO DE ESCULTURAS NA CIDADE DE UNGHENI, NA REPÚBLICA DA MOLDÁVIA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

43. MAYORS FOR PEACE, EVOCAÇÃO DOS 67 ANOS DO BOMBARDEAMENTO DAS CIDADES DE HIROSHIMA E NAGASAKI.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

COMUNICAÇÃO:

44. ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO CLUBE NAVAL DE CASCAIS NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DA PROVA "PANERAI TRANSAT CLASSIQUE 2012".

Aprovada por unanimidade.

AGENDA XXI:

45. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE CASCAIS - NORMAS DE PARTICIPAÇÃO 2012 - ALTERAÇÃO DO SISTEMA DE VOTAÇÃO, ARTº 10º.

Aprovada por unanimidade.

REQUALIFICAÇÃO URBANA:

46. PROCESSO N.º 119/2012 - ALTERAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1433, DENOMINADO Bº MATA DA TORRE NORTE, EM NOME DE MARIA DA GRAÇA MARTINS LOPES DE MATOS E OUTRO, LOCALIZADO NA FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE RANA.

Aprovada por unanimidade.

47. ALTERAÇÃO À DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 21/01/2008 – PONTO 11.3, PROCESSO DE RECONVERSÃO URBANÍSTICA DO LOTEAMENTO N.º 1.079/07, DENOMINADO BAIRRO DA BOA ESPERANÇA EM TRAJOUCE.

Aprovada por unanimidade.

48. PROCESSO N.º 870/2011 - ALTERAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1153, DENOMINADO Bº ALÉM DAS VINHAS - Art.º 1827, EM NOME DE FRANCISCO DIAS VARGAS E OUTROS, LOCALIZADO EM SÃO DOMINGOS DE RANA.

Aprovada por unanimidade.

49. PROCESSO N.º 593/2012 - ALTERAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO 1134, DENOMINADO Bº CABEÇO DE MOURO C, EM NOME DE AMÉRICO GASPAR PIRES E OUTROS, LOCALIZADO EM CABEÇO DE MOURO, FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE RANA.

Aprovada por unanimidade.

50. PROCESSO N.º 841/2012 - ALTERAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1361, DENOMINADO CEPOS III, EM NOME DE JOSÉ MANUEL E OUTROS, LOCALIZADO NA ALCABIDECHE.

Aprovada por unanimidade.

51. APROVAÇÃO DO PROCESSO DE LOTEAMENTO Nº 2.572/2011 EM NOME DE JOSÉ GONÇALVES RAMOS E MARCELO FERNANDES GONÇALVES - CARRASCAL DE MANIQUE DE BAIXO.

Aprovada por unanimidade.

PROTEÇÃO CIVIL:

52. INUNDAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO EXTERNATO EDUARDA MARIA NA PAREDE - APOIO À REPARAÇÃO DE DANOS - € 25.000,00.

Aprovada por unanimidade.

DIVERSOS:

53. CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 137/2012.

Aprovada por unanimidade.

INFORMAÇÕES:

54. COMUNICADOS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

55. 1ª EDIÇÃO DO PRÉMIO "VIVER EM IGUALDADE".

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Início 10:59

1- Pedro Gonçalves Pinto da Silva.

Não compareceu

2- Sebastião José Marques Costa.

Não compareceu.

3- Edite Mendes Messias.

Moradora no Beco Torto, nº 2 - Cascais.

Apresentou um assunto que já tinha tido resposta em 2008 que era a recolocação dos bancos, retirados do Passeio Maria Pia em Cascais. Nessa resposta foi-lhe dito que os bancos iriam ser repostos numa política de normalização, recorrendo a materiais amigos do ambiente. Por esse motivo se aguardava a entrega desse material e assim que o mesmo fosse entregue seriam recolocados os bancos. Referiu ainda que também há uns 5 anos atrás já o Jornal Costa do Sol tinha abordado o assunto. Questionou também a questão do plátano existente no Largo Carlos Andrade Teixeira e da sua poda.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA esclareceu que a Câmara prevê intervir em todo o passeio Maria Pia e nas próprias ligações deste à Marina, aproveitando uma entrada entre a Fortaleza Nossa Senhora da Luz e o Palácio da Presidência e a outra escada que lá está hoje, que também era provisória e que admite estar lá já há mais de 6 anos. Propôs à munícipe dar-lhe estas informações por escrito mas, resumindo, diria que estão previstas obras de requalificação no Passeio Maria Pia, e que se compromete com a munícipe que, caso o prazo para a execução das mesmas for para além de um prazo considerado razoável, se procederá à recolocação os bancos, porventura não na profusão dos que lá estavam, ou seja em menos quantidade, mas ainda assim, se as obras demorarem muito tempo, pedirá para colocarem lá bancos. Quanto ao plátano, irá pedir ao Departamento de Ambiente que faça a análise do seu pedido.

4- Maria José Franca.

Moradora na Av^a. Valbom - Cascais.

Como proprietária de uma casa construída em 1984 ou 86, não tem a certeza, foi obrigada a abrir um portão na mesma, para o espaço público. Desde há 6 anos para cá que tem vindo junto dos serviços camarários a solicitar a construção de uma estrada, com cerca de 150m de acesso à sua propriedade. Sem essa estrada, além de que assim que sai de casa põe os pés na terra, e vem aí o inverno, não pode pedir o número de polícia para a sua propriedade. Apesar de sobre este assunto ter recebido uma resposta da Câmara a informar que a estrada está em vias de execução, pede a intervenção do Sr. Presidente para que o assunto seja efetivamente resolvido.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu que efetivamente a obra está prevista numa empreitada global, no valor estimado de 345.000,00 Euros, mas não pode garantir para quando a sua execução, uma vez que está pendente da existência de verba.

A Sr^a. Maria José Franca interrompeu dizendo que essa empreitada global engloba um jardim público e que não sendo contra, antes pelo contrário, a estrada é a sua prioridade.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA informou que iria solicitar ao Departamento de Obras que informem se é possível definir prioridades diferentes nesta intervenção, nomeadamente no que concerne aos arranjos exteriores, com o próprio alcatroamento da estrada. Até porque a empresa municipal Cascais Próxima, que será depois quem irá fazer a intervenção, tem meios próprios que lhe permitem fazer essa intervenção, mas não sabe se neste momento é possível fazer essa intervenção desde já. Lembrou que sobre este assunto, já o anterior presidente de Câmara, dr. António Capucho, tinha em carta de 30.09.2009 dito que esta obra estaria em condições de avançar logo que o projeto de execução e lançamento da empreitada fosse feito com a brevidade possível. Isso já foi feito, agora falta mesmo só a verba para avançar com a obra.

A Sr^a. Maria José Franca lembrou tratar-se de uma urbanização antiga, onde se deixou o urbanizador Lapinha encostar encostar as terras ao terreno de seu pai, aumentando em 2m a parte de fora, dando origem a que se depositem terras junto ao portão da garagem. Apesar do mesmo já se encontrar subido, com uma rampa de 1 m, ocorrem devido a isso inundações e convinha resolver essa situação.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA informou que neste momento quer o Departamento de Obras quer a Cascais Próxima, quando fazem estas intervenções, têm a preocupação de falar com os munícipes residentes na área, no sentido de adaptar a obra às condições do terreno, pelo que nessa altura poderão falar com as pessoas.

5- Vitor Manuel Leote Pereira da Cunha.

Desistiu.

O Período de Intervenção do Público terminou às 11:09

As 11 horas e 09 minutos foi aprovada e assinada esta minuta e encerrada a reunião

Eu, [assinatura] a subscrevi.

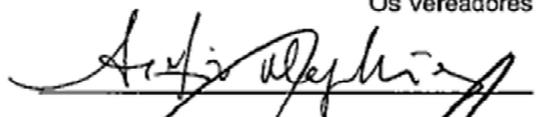
O Presidente

CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS

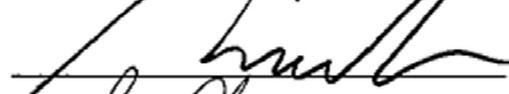


Os Vereadores

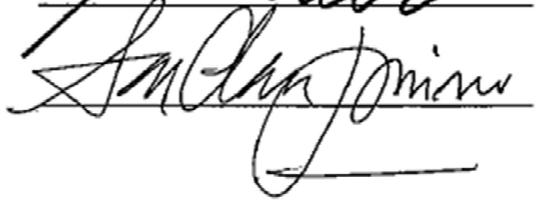
ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES



MIGUEL PINTO LUZ



ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO



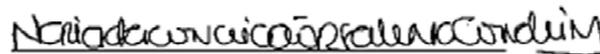
PEDRO ARANTES LOPES MENDONÇA



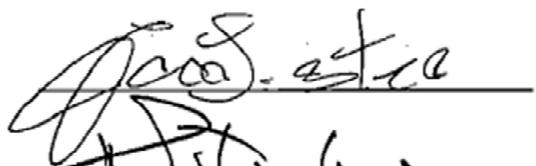
ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA



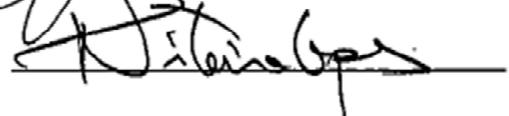
MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO



JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO



NUNO FRANCISCO PITEIRA LOPES



FREDERICO MANUEL PINHO DE ALMEIDA



MARIA TERESÁ PERES DOMINGUEZ R. GAGO

